



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL**

Planejamento Estratégico 2015-2020

Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul

JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL COMPOSIÇÃO EM 2015

Tribunal de Justiça Militar

Juiz-Cel Sergio Antonio Berni de Brum – Presidente
Juiz-Cel Antonio Carlos Maciel Rodrigues – Vice-Presidente
Juiz-Cel Paulo Roberto Mendes Rodrigues – Corregedor-Geral
Juiz Dr. Fernando Guerreiro de Lemos
Juiz-Cel Fábio Duarte Fernandes
Juiz Dr. Amilcar Fagundes Freitas Macedo
Juíza Dra. Maria Emília Moura da Silva

1ª Auditoria de Porto Alegre

Juiz de Direito Dr. Francisco José de Moura Muller
Juíza de Direito Substituta Dra. Karina Dibi Kruel do Nascimento

2ª Auditoria de Porto Alegre

Juiz de Direito Dr. Alexandre Aronne de Abreu
Juíza de Direito Substituta Dra. Dione Dorneles Silva

Auditoria de Santa Maria

Juíza de Direito Dra. Eliane Almeida Soares
Juíza de Direito Substituta Dra. Viviane de Freitas Pereira

Auditoria de Passo Fundo

Juíza de Direito Dra. Mariluce Dias Bandeira

SIGLAS

BSC – Balanced Scorecard. Abordagem para administração estratégica, desenvolvida por Robert Kaplan e David Norton em meados de 1990, que habilita as organizações a definir sua visão e estratégias e traduzi-las em ações.

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

JME – Justiça Militar Estadual

JMERS – Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul

NGE – Núcleo de Gestão Estratégica

PJe – Processo judicial eletrônico

STM – Superior Tribunal Militar

TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação

TJM – Tribunal de Justiça Militar

TJMRS – Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

I – APRESENTAÇÃO	5
II – METODOLOGIA	6
III – DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL	8
Análise de ambiente interno.....	8
Análise de ambiente externo.....	9
Matriz de análise estratégica.....	9
IV – IDENTIDADE ORGANIZACIONAL	10
Negócio.....	10
Missão.....	10
Valores.....	10
Visão de futuro.....	10
Qualidade.....	11
V – PLANO ESTRATÉGICO	11
Mapa estratégico BSC.....	11
Objetivos estratégicos.....	13
Indicadores e projetos relacionados aos objetivos.....	14
Indicadores e metas.....	19
Ficha dos indicadores.....	23
VI – GLOSSÁRIO	32
VII – CONCLUSÃO	33
VIII – COLABORADORES	34
Integrantes designados pela Portaria 15/2015 do TJMRS.....	34
Convidados.....	34

I – APRESENTAÇÃO

O Planejamento Estratégico da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul (JMERS) consiste na consolidação sintética das prioridades e iniciativas para o sexênio 2015-2020, constituído pelo grupo designado na Portaria nº 15/2015 do Tribunal de Justiça Militar.

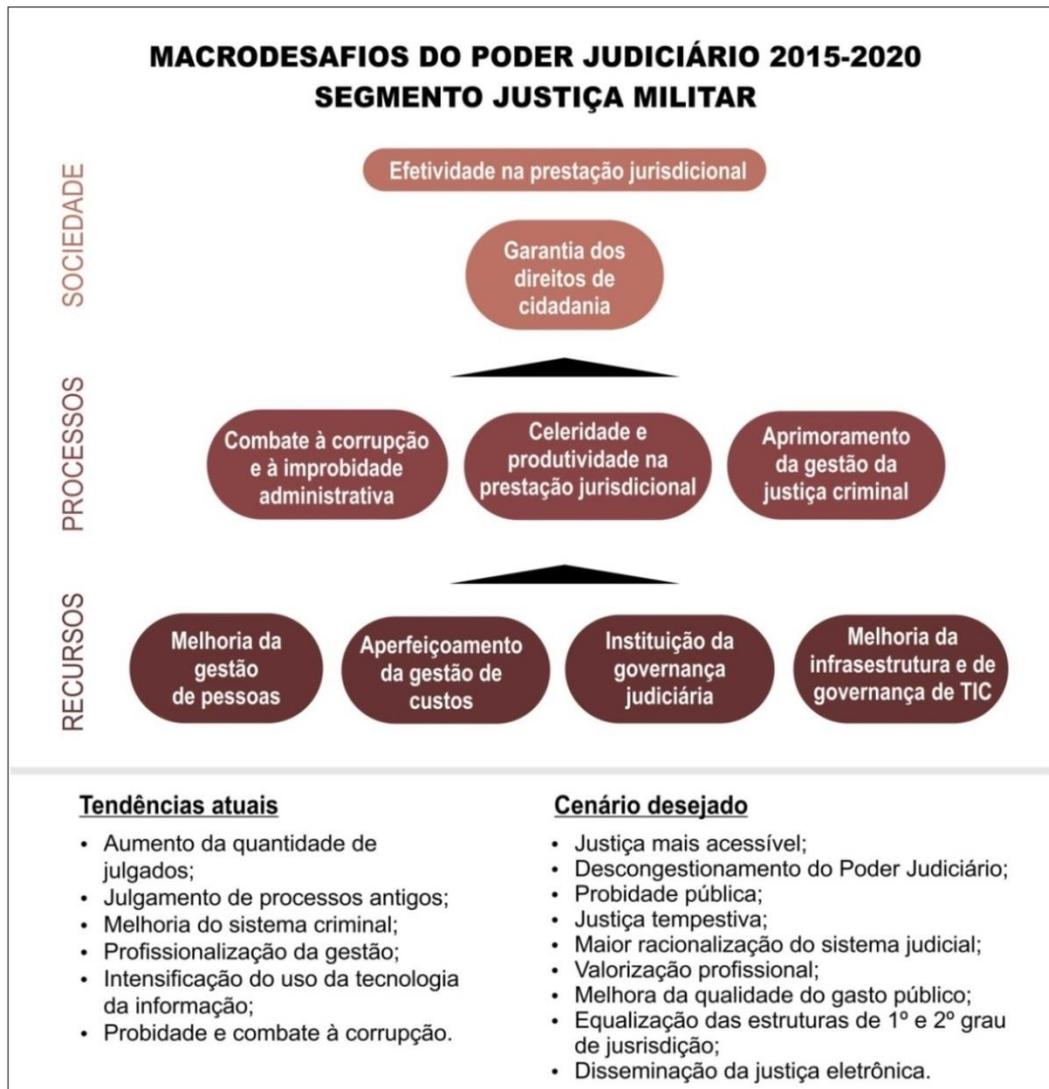
A elaboração do plano estratégico alinha-se com a Resolução nº 198, de 16 de junho de 2014, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. A Resolução considerou, para sua consolidação, as propostas apresentadas por todos os segmentos de justiça em encontros de trabalho ocorridos a partir de junho de 2013, bem como os Macrodesafios do Poder Judiciário para 2015-2020.

Destaca-se que os presidentes dos tribunais fixam anualmente metas e iniciativas estratégicas, assim como aprovam diretrizes anuais para o Judiciário. Para o ano de 2015 foi definida a seguinte diretriz estratégica nacional para todos os segmentos: “É diretriz estratégica de todos os órgãos do Poder Judiciário zelar pelas condições de saúde de magistrados e servidores, com vistas ao bem-estar e à qualidade de vida no trabalho”.

O Planejamento Estratégico da JMERS foi desenvolvido sob o prisma dos seguintes Macrodesafios estabelecidos pelo CNJ para 2015-2020:

- ✓ Garantia dos direitos da cidadania
- ✓ Combate à corrupção e à improbidade administrativa
- ✓ Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- ✓ Aprimoramento da gestão da justiça criminal
- ✓ Melhoria da gestão de pessoas
- ✓ Aperfeiçoamento da gestão de custos
- ✓ Instituição da governança judiciária
- ✓ Melhoria da infraestrutura e governança de TI

Os Macrodesafios podem ser representados na imagem a seguir, que inclui as perspectivas de recursos, processos e sociedades, como no Mapa BSC. É possível também observar as tendências atuais e cenários desejados, estabelecidos pelo CNJ.



II – METODOLOGIA

A administração judiciária é um tema de grande importância e, ao mesmo tempo, um desafio para o Judiciário. Para tanto, utiliza-se como ferramenta o planejamento estratégico, método de gestão mais difundido e aprimorado nas últimas décadas.

Neste processo, três questões são fundamentais: lidar com a complexidade; trabalhar com a incerteza, articulando presente e futuro; e fazer escolhas necessárias (estratégicas). Portanto, estratégia também significa postergar algumas ações em benefício de outras.

A dificuldade consiste em alinhar as estratégias e a alocação de recursos humanos, financeiros, tecnológicos e físicos, dentre outros, etapa essencial para

assegurar a consistência da estratégia e a sua implantação, bem como as perspectivas de clientes, os processos internos, o aprendizado e o crescimento.

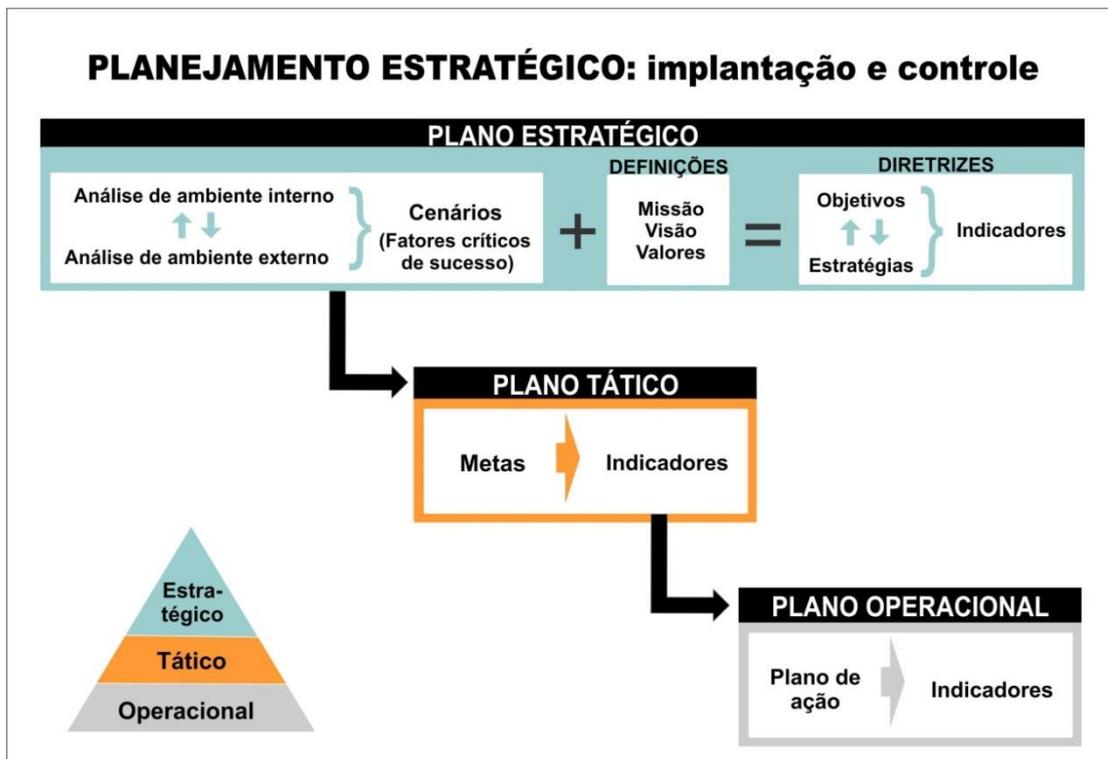
A metodologia de planejamento adotada na JMERS é participativa, baseada no conhecimento profissional de cada integrante do grupo para definição de diretrizes e alternativas de ação, bem como de consultas aos usuários internos.

Primeiramente, foi realizado o diagnóstico institucional. A avaliação da conjuntura permitiu identificar oportunidades e ameaças na análise ambiental externa, assim como levantou pontos fortes e fracos na análise interna.

Por meio da revisão da identidade organizacional, alguns conceitos foram reformulados. A partir de então, foi criado um *Balanced Scorecard* (BSC) como solução de apoio à gestão de negócio, estabelecendo-se as diretrizes que, em conjunto, constituem a definição da estratégia. O Mapa BSC permite a estruturação, o monitoramento e a execução do Planejamento Estratégico, focado nos aspectos críticos levantados no diagnóstico institucional e consideradas as perspectivas da sociedade, dos processos internos e dos recursos. Por fim, os objetivos estratégicos foram desdobrados em projetos, indicadores e metas, que permitem seu monitoramento.

Do processo de planejamento são definidos como produtos finais o Plano Estratégico da JMERS, a partir da definição da estratégia, e os Planos de Ação da JMERS, que serão posteriormente elaborados a partir dos planos das unidades nos níveis tático e operacional, contendo as metas e as ações a serem desenvolvidas com base nas estratégias e nos indicadores estratégicos.

Fluxo do Planejamento Estratégico



Para uma garantia da melhoria contínua da forma de atuação, salienta-se que devem ser observadas as etapas de planejamento, execução, monitoramento e correção de desvios, integrantes do ciclo gerencial do PDCA (*Plan, Do, Check e Act*).

Compõem o presente Planejamento Estratégico:

- ✓ o Diagnóstico Institucional;
- ✓ a Identidade Organizacional, incluindo missão, visão do futuro e atributos de valor para a sociedade;
- ✓ o Plano Estratégico, com o Mapa BSC, os objetivos estratégicos, os indicadores e as metas, os projetos e as fichas de indicadores estratégicos.

III – DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL

A Análise de Ambientes possibilita que a JMERS se posicione para obter vantagens em determinadas oportunidades, minimize ou neutralize ameaças do ambiente externo, revele e enfatize os pontos fortes e modere ou combata o impacto dos pontos fracos. O resultado do diagnóstico institucional é consolidado na Matriz de Análise Estratégica.



Análise de ambiente interno

Identifica pontos fortes e pontos fracos, com o objetivo de potencializar as qualidades e minimizar/neutralizar as vulnerabilidades.

Pontos fortes internos

- ✓ Celeridade
- ✓ Formação multidisciplinar do quadro de servidores
- ✓ Auditorias de controle interno
- ✓ Governança colaborativa
- ✓ Estruturação de informática
- ✓ Pregão Eletrônico
- ✓ Baixo índice de prescrição dos processos
- ✓ Análise minuciosa dos feitos
- ✓ Baixo índice de reincidência

Pontos fracos internos

- ✓ Carência de pessoal e de profissional especializado em determinadas áreas
- ✓ Restrições orçamentárias
- ✓ Falta de padronização do fluxo de trabalho
- ✓ Desatualização da legislação própria
- ✓ Resistência a mudanças
- ✓ Escassez de espaço físico
- ✓ Integração entre o público interno
- ✓ Ausência de ações de formação inicial aos novos integrantes

Análise de ambiente externo

A análise de ambiente externo refere-se ao exame das condições e das variáveis da ambiência externa, mediante a identificação dos fatores que possam ser traduzidos em termos de oportunidades a serem aproveitadas ou situações de risco que, na medida do possível, devem ser evitadas ou neutralizadas. A análise efetuada revelou o seguinte cenário:

Oportunidades externas

- ✓ Atuação preventiva
- ✓ Canais ou meios de comunicação com a sociedade e os jurisdicionados
- ✓ Convênios, intercâmbios, parcerias e integração de sistemas com outros órgãos e entidades (TIC)
- ✓ Facilidade de acesso à justiça
- ✓ Ampliação da competência da JMERS
- ✓ Promoção do interesse da sociedade em conhecer a JMERS, com relevância no controle social
- ✓ Percepção positiva do controle social que acaba por gerar baixo número de processos

Ameaças externas

- ✓ Exposição negativa da JMERS na mídia
- ✓ Possibilidade de extinção da Justiça Militar do Estado
- ✓ Restrição orçamentária
- ✓ Falta de compreensão e conhecimento a respeito da JMERS
- ✓ Percepção negativa sobre o baixo número de processos

Matriz de análise estratégica

Resultado do cruzamento de oportunidades, ameaças, pontos fortes e fracos na Matriz de Análise Estratégica, onde se pode fazer um comparativo representativo destes critérios.

Fatores críticos de sucesso

São as atividades-chave que precisam ser definidas e trabalhadas para que a JMERS cumpra sua missão, visão e objetivos. Os fatores críticos de sucesso identificados estão elencados a seguir:

- ✓ aumento de competência;
- ✓ adaptação e cumprimento das resoluções do CNJ;
- ✓ integração com a sociedade;
- ✓ gestão da mudança; e
- ✓ efetividade na execução das estratégias do planejamento.

IV – IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

Negócio

Prestação jurisdicional especializada no âmbito militar estadual.

Missão

Realizar justiça no âmbito militar estadual, contribuindo para o controle da ação do policial e do bombeiro militar.

Valores

- ✓ Credibilidade: confiança que jurisdicionados, sociedade, organizações, magistrados, servidores e cidadãos em geral têm na atuação institucional e jurídica da JMERS.
- ✓ Celeridade: uso racional do tempo em todas as fases dos processos.
- ✓ Modernidade: entendida como um ideário ou uma visão de mundo relacionada ao projeto empreendido a partir da transição teórica.
- ✓ Acessibilidade: consiste na possibilidade de acesso a um lugar ou conjunto de lugares.
- ✓ Imparcialidade: decidir com isenção.
- ✓ Transparência e controle social: a JMERS tornará públicas, na máxima extensão permitida pela lei, todas as decisões e os atos de gestão e jurídicos.
- ✓ Ética: a conduta das ações deve visar à verdade dos fatos e ser amparada na legalidade, honestidade, moralidade, coerência e probidade administrativa.
- ✓ Probidade: procedimento honesto dos funcionários que integram ou realizam a gestão de repartições públicas.
- ✓ Responsabilidade socioambiental: em nível interno, relaciona-se com os trabalhadores e todas as partes afetadas pela empresa, que podem influenciar no alcance de seus resultados. Em nível externo, são as consequências das ações de uma organização sobre o meio ambiente, os seus parceiros de negócio e o meio em que estão inseridos.

Visão de futuro

Descreve o patamar de desenvolvimento que a JMERS deseja atingir e como quer ser reconhecida. Tendo em vista os propósitos estabelecidos em sua missão, foi

estabelecida a seguinte visão de futuro: “Ser reconhecida pela sociedade como uma justiça especializada essencial na prestação jurisdicional militar, bem como um instrumento de equidade e paz social.”

Qualidade

A JMERS pretende implantar uma política de qualidade que vai aprimorá-la, tendo como princípios-base a eficiência e a eficácia.

V – PLANO ESTRATÉGICO

Construído com base na missão institucional, nos fatores condicionantes, na Resolução nº 198, de 16 de junho de 2014, do CNJ, nos Macrodesafios da Estratégia do Judiciário 2015-2020, bem como na análise de ambiente externo e interno. A definição estratégica é representada pelo conjunto formado pela visão de futuro e pelas diretrizes estratégicas.

Mapa estratégico BSC

Traduz o plano estratégico da instituição, pois sintetiza a identidade organizacional, os temas e os objetivos estratégicos. Considera as seguintes perspectivas:

- ✓ Sociedade: direciona as ações para atender as necessidades e as expectativas dos usuários de serviços da JMERS e seus jurisdicionados;
- ✓ Processos internos: priorização da gestão dos processos de trabalho relevantes e sensíveis, visando à melhoria contínua; e
- ✓ Recursos: promoção do desenvolvimento das pessoas, da infraestrutura, da tecnologia, do conhecimento e destinação prioritária dos recursos orçamentários e financeiros para a realização dos objetivos e ações estratégicas.

MAPA ESTRATÉGICO JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MISSÃO

Realizar justiça no âmbito militar estadual, contribuindo para o controle da ação do policial e do bombeiro militar.

Sociedade

VISÃO DE FUTURO

Ser reconhecida pela sociedade como uma Justiça especializada essencial na prestação jurisdicional militar, e um instrumento de equidade e paz social

ATRIBUTOS DE VALOR PARA A SOCIEDADE

- Credibilidade - Celeridade - Modernidade
- Acessibilidade - Imparcialidade - Transparência e Controle Social - Ética - Probidade
Responsabilidade Socioambiental

Processos Internos

Acesso ao sistema de justiça

Aperfeiçoar o acesso à justiça e a virtualização dos feitos judiciais

Eficiência Operacional

- Otimizar o trâmite processual e a prestação jurisdicional
- Revisão de processos de trabalho
- Aprimoramento da gestão de governança

Responsabilidade social

Promover a ampliação como Justiça Especializada

Promover a sustentabilidade

Atuação Institucional

Aprimorar a comunicação com os públicos internos e externos

Fortalecer e harmonizar as relações pessoais e entre setores

Alinhamento e Integração

Ampliar a integração com as Justiças Militares

Promover a interface com demais órgãos de justiça e entes públicos

Recursos

Infraestrutura e Tecnologia

Garantir e aperfeiçoar a infraestrutura necessária às atividades administrativas e judiciais

Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de TIC e aperfeiçoar a automatização

Gestão de Pessoas

Desenvolver e aperfeiçoar conhecimentos e habilidades de magistrados e servidores

Valorizar magistrados e servidores

Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia

Orçamento

Assegurar e priorizar recursos orçamentários necessários para a execução da estratégia

Objetivos estratégicos

Constituem as diretrizes necessárias para atingir a visão de futuro e correspondem às orientações que servirão como base de sustentação para as tomadas de decisão.

A vinculação do orçamento com o planejamento, conforme as Resoluções 195 e 198 do CNJ, será dada através dos seguintes recursos financeiros:

- ✓ Orçamento do TJMRS;
- ✓ Fundo de Reaparelhamento do Poder Judiciário;
- ✓ Convênios e doações.

Conforme consta no Mapa BSC, foram estabelecidos os objetivos estratégicos a seguir para o sexênio 2015-2020:

1. Garantir e aperfeiçoar a infraestrutura necessária às atividades administrativas e jurisdicionais
2. Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de TIC e aperfeiçoar a automatização
3. Desenvolver e aperfeiçoar conhecimentos e habilidades de magistrados e servidores
4. Valorizar magistrados e servidores
5. Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia
6. Assegurar e priorizar recursos orçamentários necessários para a execução da estratégia
7. Aperfeiçoar o acesso à Justiça e virtualização dos feitos judiciais
8. Otimizar o trâmite processual e a prestação jurisdicional
9. Revisão de processos de trabalho
10. Aprimoramento da gestão de governança
11. Promover a ampliação como Justiça Especializada
12. Promover a sustentabilidade
13. Aprimorar a comunicação com os públicos internos e externos
14. Fortalecer e harmonizar as relações pessoais e entre setores
15. Ampliar a integração com as Justiças Militares
16. Promover a interface com os demais órgãos de justiça e entes públicos.

Indicadores e projetos relacionados aos objetivos

1. Garantir e aperfeiçoar a infraestrutura necessária às atividades administrativas e jurisdicionais

Descrição: Melhorar as instalações e condições de trabalho na JMERS

Tema: Infraestrutura e Tecnologia

Macrodesafio relacionado: Melhoria da infraestrutura e de governança de TIC

Indicadores

1. Índice de unidades com segurança eletrônica da infraestrutura
2. Índice de satisfação com a infraestrutura básica (energia elétrica, água, comunicação e saneamento básico)
3. Índice de segurança e condições de trabalho relativo à infraestrutura

Projetos

1. Revisão e modernização dos equipamentos e mecanismos de segurança física
2. Modernização dos equipamentos de segurança eletrônica
3. Ampliação das instalações físicas da JMERS
4. Melhoria da infraestrutura relativa à acessibilidade
5. Reestruturação do Arquivo

2. Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de TIC e aperfeiçoar a automatização

Descrição: Manter equipamentos e *softwares* atualizados, realizando o planejamento de TIC e o aperfeiçoamento do sistema de segurança conforme a demanda

Tema: Infraestrutura e Tecnologia

Macrodesafio relacionado: Melhoria da infraestrutura e de governança de TIC

Indicadores

1. Índice de aderência às metas do Plano de Tecnologia e Comunicação

Projetos

1. Atualização de equipamentos e *softwares*
2. Plano estratégico de Tecnologia de Informação e Comunicação
3. Plano de segurança de TIC
4. Aperfeiçoar o nível de segurança dos sistemas

3. Desenvolver e aperfeiçoar conhecimentos e habilidades de magistrados e servidores

Descrição do objetivo: Desenvolver política de aperfeiçoamento e formação dos recursos humanos

Tema: Gestão de Pessoas

Macrodesafio relacionado: Melhoria de gestão de pessoas

Indicadores

1. Índice de capacitação funcional com base na Resolução nº 192 do CNJ

Projetos

1. Implantar uma política de educação permanente dos recursos humanos
2. Implementar as Resoluções do CNJ relacionadas ao tema

4. Valorizar magistrados e servidores

Descrição do objetivo: melhorar as condições de trabalho, saúde e biopsicossocial, a fim de aumentar a qualidade de vida e a satisfação profissional

Tema: Gestão de Pessoas

Macrodesafios relacionados:

- Melhoria de gestão de pessoas
- Instituição da governança judiciária

Indicadores

1. Índice de prevenção de saúde
2. Índice de satisfação de magistrados e servidores (condições de trabalho, escolha profissional, volume de trabalho)

Projetos

1. Programa Qualidade de Vida
2. Incentivo ao canal de comunicação e participação por meio da Intranet
3. Proposta de atualização da legislação vigente de cargos e remunerações
4. Reconhecimento pela proatividade

5. Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia

Descrição do objetivo: Elevar o nível de comprometimento, motivação e identidade institucional dos magistrados e servidores para viabilizar a execução da estratégia

Tema: Gestão de Pessoas

Macrodesafios relacionados:

- Melhoria de gestão de pessoas
- Instituição da governança judiciária

Indicadores

1. Índice de execução do planejamento

Projetos

1. Criação de mecanismos de divulgação e motivação de forma a comprometer o público interno com o Planejamento Estratégico
2. Capacitação dos recursos humanos para execução do plano estratégico
3. Identificação de competências para definição dos gestores

6. Assegurar e priorizar recursos orçamentários necessários para a execução da estratégia

Descrição do objetivo: Executar o orçamento destinado ao Planejamento Estratégico e buscar novas fontes de recursos

Tema: Orçamento

Macrodesafios relacionados:

- Aperfeiçoamento da gestão de custos

Indicadores

1. Índice de execução do orçamento disponibilizado com relação ao planejamento estratégico

Projetos

1. Controle da execução do orçamento destinado ao Planejamento Estratégico
2. Inserir os recursos humanos na elaboração do Plano Plurianual – PPA

7. Aperfeiçoar o acesso à Justiça e a virtualização dos feitos judiciais

Descrição do objetivo: Promover o acesso à JMERS, com o objetivo de ampliar e qualificar a relação com a população e com os demais órgãos judiciais e garantir equidade no atendimento à sociedade

Tema: Acesso ao sistema de justiça

Macrodesafios relacionados:

- Aprimoramento da gestão da justiça criminal
- Garantia dos direitos de cidadania
- Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

Indicadores

1. Índice de ações desenvolvidas
2. Índice de digitalização do acervo do arquivo
3. Índice de certidão eletrônica via Internet
4. Índice de implantação do PJe Cível e Criminal

Projetos

1. Aumento da interação com a sociedade
2. Aprimorar a acessibilidade virtual consoante legislação vigente
3. Justiça itinerante
4. Sistema virtual de feitos judiciais (PJe - Processo Judicial Eletrônico)
5. Digitalização do acervo do arquivo

8. Otimizar o trâmite processual e a prestação jurisdicional

Descrição do objetivo: Garantir agilidade na tramitação dos processos judiciais e administrativos, a fim de assegurar a razoável duração do processo

Tema: Eficiência operacional

Macrodesafios relacionados:

- Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- Aprimoramento da gestão da justiça criminal

Indicadores

1. Índice de cumprimento das Metas Nacionais
2. Índice de tempo de tramitação no 1º e 2º grau (Justiça em Números)
3. Índice de custo por processo

Projetos

1. Revisão das rotinas processuais

9. Revisão de processos de trabalho

Descrição do objetivo: Registrar e padronizar os processos de trabalho

Tema: Eficiência operacional

Macrodesafios relacionados:

- Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- Aprimoramento da gestão da justiça criminal

Indicadores

1. Índice de revisão e padronização dos fluxos de trabalho

Projetos

1. Programa de gestão de fluxos de trabalho

10. Aprimoramento da gestão de governança

Descrição do objetivo: Aprimorar as relações internas dos recursos humanos de modo a possibilitar mecanismos de maior participação da realização do trabalho e no processo decisório de gestão

Tema: Eficiência operacional

Macrodesafio relacionado: Instituição da governança judiciária

Indicadores

1. Índice de participação e comprometimento dos recursos humanos no processo
2. Índice de acompanhamento das Resoluções do CNJ e da JMERS

Projetos

1. Definir princípios de governança

11. Promover a ampliação como Justiça Especializada

Descrição do objetivo: Buscar o aumento de competência jurisdicional

Tema: Responsabilidade social

Macrodesafios relacionados:

- Aprimoramento da gestão da justiça criminal
- Garantia dos direitos de cidadania

Indicadores

1. Índice de ações que promovam a busca de aumento de competência

Projetos

1. Ações para aumento de competência

12. Promover a sustentabilidade

Descrição do objetivo: Envolver a JME em programas socioambientais, colaborando para o bem-estar social

Tema: Responsabilidade social

Macrodesafios relacionados: Garantia dos direitos de cidadania

Indicadores

1. Índice de ações de sustentabilidade

Projetos

1. Programa de ações de sustentabilidade

13. Aprimorar a comunicação com os públicos internos e externos

Descrição do objetivo: Desenvolver processos comunicacionais para promover a inter-relação com os públicos interno e externo, viabilizando conhecimento, aceitação e aperfeiçoamento institucional

Tema: Atuação institucional

Macrodesafios relacionados:

- Melhoria de gestão de pessoas
- Garantia dos direitos de cidadania

Indicadores

1. Índice de ações promovidas e pessoas atingidas no público interno
2. Índice de públicos externos envolvidos

Projetos

1. Plano de comunicação da estratégia da JMERS
2. Promover o processo comunicacional interno com foco nas atividades das unidades da JMERS, compartilhando histórico, visão, missões, valores, filosofia e políticas, através de planejamentos, implementações, gerenciamentos e uso de tecnologias de comunicação

14. Fortalecer e harmonizar as relações pessoais e entre setores

Descrição do objetivo: Promover o fortalecimento e harmonização dos vínculos profissionais, objetivando motivação, comprometimento, flexibilidade e realização pessoal, considerando a subjetividade humana

Tema: Atuação institucional

Macrodesafio relacionado: Melhoria de gestão de pessoas

Indicadores

1. Índice de eventos realizados

Projetos

1. Promover ações com vistas à formação de vínculos profissionais saudáveis

15. Ampliar a integração com as Justiças Militares

Descrição do objetivo: ampliar a integração e fortalecimento da Justiça Militar e proporcionar a troca de experiências em tecnologia, segurança, sistemas de apoio, metodologias, institucional, eventos e outros

Tema: Alinhamento e integração

Macrodesafios relacionados: Aprimoramento da gestão da justiça criminal

Indicadores

1. Índice de ações visando ao fortalecimento da Justiça Militar

Projetos

1. Realizar eventos anualmente para fortalecimento para o segmento Justiça Militar

16. Promover a interface com os demais órgãos de justiça e entes públicos

Descrição do objetivo: promover conexões ou meios capazes de estabelecer a interação entre vários órgãos e entes

Tema: Alinhamento e integração

Macrodesafios relacionados:

- Aprimoramento da gestão da justiça criminal
- instituição de governança judiciária

Indicadores

1. Índice de ações realizadas de interesse comum

Projetos

1. Plano de comunicação externa
2. Proposta de sistema interligado entre a Brigada Militar, MP e a JMERS, para encaminhamento de feitos digitalizados
3. Georeferenciamento de dados de sentenças

Indicadores e metas

Objetivo estratégico	INDICADOR	Metas Anuais						META FINAL OU MEDIÇÃO ANUAL
		2015	2016	2017	2018	2019	2020	
1. Garantir e aperfeiçoar a infraestrutura necessária às atividades administrativas e jurisdicionais	1.1. Índice de unidades com segurança eletrônica da infraestrutura	Adotar em 50% da infraestrutura	75%	75%	100%	-	-	100% da JME com câmeras e alarmes Com base no Censo do Judiciário realizado pelo CNJ em 2013, chegar ao final com 80% de satisfação Atingir no mínimo 20% de melhorias sobre o parecer técnico do ano de 2016
	1.2. Índice de satisfação com a infraestrutura básica (energia elétrica, água, comunicação e saneamento básico)	80%	84%	88%	90%	92%	95%	
	1.3. Índice de segurança e condições de trabalho relativo à infraestrutura	Não avaliado	Parecer técnico	Melhoria de 5%	Melhoria de 10%	Melhoria de 15% do parecer de 2016	Alcançar 20% sobre os apontamentos do parecer de 2016	
2. Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de TIC e aperfeiçoar a automatização	2.1. Índice de aderência às metas do Plano de TIC	50%	60%	70%	80%	90%	95%	Cumprir 95% das metas propostas no Plano Estratégico de TIC
3. Desenvolver e aperfeiçoar conhecimentos e habilidades de magistrados e servidores	3.1. Índice de capacitação funcional com base na Resolução 192 do CNJ	20%	25%	30%	40%	60%	80%	Servidores e magistrados participem de no mínimo um curso, seminário ou palestra anualmente, até atingir pelo menos 80% do efetivo

4. Valorizar magistrados e servidores	4.1. Índice de prevenção de saúde	Três ações por ano	Três ações por ano + Alcançar pelo menos 60% dos servidores	Três ações por ano	Três ações por ano	Três ações por ano	Três ações por ano + Alcançar pelo menos 80% dos servidores	Três ações anuais até atingir 80% do efetivo, participando ao menos de uma ação
	4.2. Índice de satisfação de magistrados e servidores (condições de trabalho, escolha profissional, volume de trabalho)	1º grau e 2º grau pesquisa de avaliação	Melhora de 2%	Melhora de 4%	Melhora de 6%	Melhora de 8%	Melhora de 10%	Com base na pesquisa de 2015, melhorar os índices em 10% até 2020
5. Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia	5.1. Índice de execução do planejamento	Atingir acima de 90% em 80% dos indicadores (global)	Atingir acima de 90% em 80% dos indicadores (global)	Atingir acima de 90% em 80% dos indicadores (global)	Atingir acima de 90% em 85% dos indicadores (global)	Atingir acima de 90% em 85% dos indicadores (global)	Atingir acima de 90% em 85% dos indicadores (global)	Atingir pelo menos 90% de cumprimento em 85% dos indicadores globais do Planejamento
6. Assegurar e priorizar recursos orçamentários necessários para a execução da estratégia	6.1. Índice de execução do orçamento disponibilizado com relação ao planejamento estratégico	60%	62%	64%	66%	68%	70%	Garantir em 70% o valor executado sobre o valor total do orçamento, até o final de 2020
7. Aperfeiçoar o acesso à justiça e a virtualização dos feitos judiciais	7.1. Índice de ações desenvolvidas	Quantidade de três ações anualmente	Quantidade de três ações anualmente	Quantidade de três ações anualmente	Quantidade de três ações anualmente	Quantidade de três ações anualmente	Quantidade de três ações anualmente	Meta final 15 ações
	7.2. Índice de digitalização do acervo do arquivo	Virtualizar 10% do acervo do arquivo no ano	Virtualizar 20% do acervo do arquivo no ano	Virtualizar 30% do acervo do arquivo no ano	Virtualizar 40% do acervo do arquivo no ano	Virtualizar 50% do acervo do arquivo no ano	Virtualizar 60% do acervo do arquivo no ano	Atingir 60% de virtualização do acervo do arquivo
	7.3. Índice de certidões via internet	50% da emissão de certidões via internet	100% da emissão de certidões via internet	-	-	-	-	100% das certidões emitidas via internet

	7.4. Índice de implantação do PJe Cível e Criminal	-	Implantação do PJe Cível	Implantação do PJe Criminal	-	-	-	PJe Cível e Criminal implantados
8. Otimizar o trâmite processual e a prestação jurisdicional	8.1. Índice de cumprimento das Metas Nacionais	80% do estabelecido pelo CNJ	80% do estabelecido pelo CNJ	85% do estabelecido pelo CNJ	85% do estabelecido pelo CNJ	85% do estabelecido pelo CNJ	90% do estabelecido pelo CNJ	Em 2020, atingir 90% ou mais de cumprimento das Metas do Poder Judiciário
	8.2. Índice de tempo de tramitação no 1º e 2º graus (Justiça em Números)	Primeira medição	A definir (medição quadrimestral)	A definir (medição quadrimestral)	A definir (medição quadrimestral)	A definir (medição quadrimestral)	A definir (medição quadrimestral)	A definir, baseado nos resultados encontrados em 2015
	8.3. Índice de custo por processo	A definir (medição anual)	A definir (medição anual)	A definir (medição anual)	A definir (medição anual)	A definir (medição anual)	A definir (medição anual)	A definir
9. Revisão de processos de trabalho	9.1. Índice de revisão e padronização dos fluxos de trabalho	Interno: levantamento rotina 100%	Avaliação e implantação de rotina	Avaliação geral 100% do estipulado para necessidade de Contrato assessoria especializada	Reestruturação e revisão	Aplicação da reestruturação	Atingir 100% de padronização das rotinas	Atingir 100% de padronização e revisão dos fluxos de trabalho
10. Aprimoramento da gestão de governança	10.1. Índice de participação e comprometimento dos recursos humanos no processo	20%	30%	40%	50%	60%	70%	Participação e comprometimento de 70% em 2020
	10.2. Índice de acompanhamento das Resoluções do CNJ e da JMERS	5 Resoluções por semestre	5 Resoluções por semestre	5 Resoluções por semestre	5 Resoluções por semestre	5 Resoluções por semestre	5 Resoluções por semestre	Listagem e divulgação das Resoluções do CNJ e da JMERS, com o monitoramento para cumprimento de 60 Resoluções até 2020
11. Promover a ampliação como Justiça Especializada	11.1. Índice de ações que promovam a busca de aumento de competência	Duas ações por ano	Duas ações por ano	Duas ações por ano	Duas ações por ano	Duas ações por ano	Duas ações por ano	Total de 12 ações

12. Promover a sustentabilidade	12.1. Índice de ações de sustentabilidade	Cinco ações	Total de 30 ações					
13. Aprimorar a comunicação com os públicos internos e externos	13.1. Índice de ações promovidas e pessoas atingidas no público interno	No mínimo três ações anuais e 25% de pessoas	No mínimo três ações anuais e 35% de pessoas	No mínimo três ações anuais e 45% de pessoas	No mínimo três ações anuais e 55% de pessoas	No mínimo três ações anuais e 65% de pessoas	No mínimo três ações anuais e 75% de pessoas	Ao final ter feito 18 ações e atingir 75% do público interno
	13.2. Índice de públicos externos envolvidos	No mínimo 100 pessoas em eventos presenciais	No mínimo 150 pessoas em eventos presenciais	No mínimo 200 pessoas em eventos presenciais	No mínimo 250 pessoas em eventos presenciais	No mínimo 300 pessoas em eventos presenciais	No mínimo 350 pessoas em eventos presenciais	Total de público atingido: no mínimo 1350 pessoas
14. Fortalecer e harmonizar as relações pessoais e entre setores	14.1. Índice de eventos realizados	No mínimo dois eventos	Ao final, dez eventos focados em psicologia e clima organizacional					
15. Ampliar a integração com as Justiças Militares	15.1. Índice de ações visando ao fortalecimento da Justiça Militar	No mínimo uma ação por semestre	Ao final, doze ações					
16. Promover a interface com os demais órgãos de justiça e entes públicos	16.1. Índice de ações realizadas de interesse comum	No mínimo uma ação por semestre	Ao final, no mínimo doze ações de interesse comum					

Ficha dos indicadores

OBJETIVO 1 - GARANTIR E APERFEIÇOAR A INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA ÀS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E JURISDICIONAIS

1.1. Índice de unidades com segurança eletrônica na infraestrutura

Tipo de indicador	Eficácia/eficiência - quantitativo
O que mede	Funcionamento (sucesso, insucesso, acesso, informação prestada, imagem) do sistema, monitoramento, instalação e manuseio
Quem mede	Estatística e TIC
Quando medir	Semestral
Onde medir	JME - onde possui câmeras e alarmes
Por que medir	Atender a necessidade do usuário, identificar quantidade e qualidade das informações, funcionamento e segurança
Como medir	Acompanhar a evolução do funcionamento
Situação atual	Sistema atualizado no ano de 2015 no TJM e 2ª Auditoria
META	Instalar nas duas unidades que faltam cobrindo 100% das unidades da JME com boa qualidade de câmeras e alarmes

1.2. Índice de satisfação com a infraestrutura básica (energia elétrica, água, comunicação e saneamento básico)

Tipo de indicador	Efetividade/satisfação - quantitativo
O que mede	Adequações e readequações às normatizações legais e sensação do público interno
Quem mede	NGE-Estatística e Coordenadoria Administrativa
Quando medir	Anual
Onde medir	JME
Por que medir	Para aprimoramento da infraestrutura
Como medir	% de adequações e readequações
Situação atual	Boa, mas sem metodologia de aferição
META	Com base no Censo do Judiciário realizado pelo CNJ em 2013, partir de 70% com variável de 2% ao ano para chegar ao final com 80% de satisfação

1.3. Índice de segurança e condições de trabalho relativo à infraestrutura

Tipo de indicador	Eficiência /eficácia – qualitativo
O que mede	Percepção
Quem mede	NGE
Quando medir	A partir de 2017, após parecer técnico
Onde medir	JME
Por que medir	Saúde do trabalhador e verificar as condições de trabalho
Como medir	Melhorias após parecer técnico
Situação atual	Sem avaliação
META	Atingir 20% de melhorias sobre o parecer técnico do ano de 2016

OBJETIVO 2 - GARANTIR A DISPONIBILIDADE DE SISTEMAS ESSENCIAIS DE TIC E APERFEIÇOAR A AUTOMATIZAÇÃO

2.1. Índice de aderência às metas do Plano Estratégico de TIC	
Tipo de indicador	Quantitativo/efetividade
O que mede	Índice de aderência
Quem mede	TIC e Estatística
Quando medir	Anual
Onde medir	TIC
Por que medir	Para atualizar e redefinir o Plano Estratégico, equipamentos e softwares
Como medir	% entre as metas cumpridas sobre o total de metas
Situação atual	Foi cumprido em torno de 50% das metas do atual Plano Estratégico de TIC
META	Cumprir 95% das metas propostas no Plano

OBJETIVO 3 - DESENVOLVER E APERFEIÇOAR CONHECIMENTOS E HABILIDADES DE MAGISTRADOS E SERVIDORES

3.1. Índice de da capacitação funcional com base na Resolução 192 do CNJ	
Tipo de indicador	Eficácia/participação quantitativo
O que mede	Número de participantes em processos de educação inicial, continuada e permanente, direcionados à formação e aperfeiçoamento, valorizando a integração, valorização e fomento à profissionalização
Quem mede	Coordenadoria Administrativa e Estatística
Quando medir	Anual
Onde medir	JME
Por que medir	Avaliar necessidade de aprimoramento e cumprimento das metas da Resolução
Como medir	Publicação no <i>site</i> , certificado, inserção de dados pelos servidores na intranet
Situação atual	Existe o cadastro com informações sobre a formação dos servidores, mas deve ser atualizado e reestruturado permanentemente
META	Servidores e magistrados participem de no mínimo um curso, seminário ou palestra anualmente até atingir 80% do efetivo

OBJETIVO 4 - VALORIZAR MAGISTRADOS E SERVIDORES

4.1 Índice de prevenção de saúde	
Tipo de indicador	Efetividade/valorização/qualitativo e quantitativo
O que mede	Ações de prevenção de saúde
Quem mede	Coordenadoria Administrativa e Estatística
Quando medir	Anual
Onde medir	Toda JME
Por que medir	Manter integridade física dos servidores e magistrados
Como medir	Por ações e participação do efetivo
Situação atual	Existem ações sem mensuração e sem registro dos participantes; Falta de divulgação em toda JME
META	Três ações anuais até atingir 80% do efetivo, participando ao menos de uma ação

4.2 Índice de satisfação de magistrados e servidores (condições de trabalho, escolha profissional, volume de trabalho)

Tipo de indicador	Eficiência/eficácia/quantitativo e qualitativo
O que mede	Satisfação das condições de trabalho, escolha profissional e volume de trabalho e percepção e grau de relacionamento entre os servidores
Quem mede	NGE
Quando medir	Anual
Onde medir	JME
Por que medir	Melhoria das condições de trabalho, escolha profissional e volume de trabalho e verificar a percepção de magistrados e servidores quanto à satisfação
Como medir	Pesquisa de avaliação
Situação atual	Em processo de elaboração para a medição
META	Com base na pesquisa de 2015, melhorar os índices em 10% até 2020, aumentando 2% a cada ano

OBJETIVO 5 - MOTIVAR E COMPROMETER MAGISTRADOS E SERVIDORES COM A EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA

5.1 Índice de execução do planejamento

Tipo de indicador	Eficiência quantitativa e qualitativa
O que mede	Indicadores do planejamento estratégico e Índice de conhecimento, comprometimento e evolução do cumprimento do Planejamento Estratégico
Quem mede	NGE e Estatística
Quando medir	Anual
Onde medir	Todas as áreas envolvidas da JME
Por que medir	Para garantir a aderência ao Planejamento
Como medir	% de metas estratégicas alcançadas e o total de metas estratégicas
Situação atual	No último planejamento foram atingidas 60% das metas estabelecidas
META	Atingir pelo menos 90% de cumprimento em 85% dos indicadores globais do Planejamento

OBJETIVO 6 - ASSEGURAR E PRIORIZAR RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA

6.1 Índice de execução do orçamento disponibilizado com relação ao planejamento estratégico

Tipo de indicador	Eficiência/quantitativo
O que mede	O valor de orçamento disponibilizado para o Planejamento Estratégico
Quem mede	Direção Geral, Coordenadoria Administrativa e NGE
Quando medir	Anual
Onde medir	Todas as áreas envolvidas da JME
Por que medir	Acompanhar a destinação do orçamento
Como medir	% entre o valor executado e o valor total disponibilizado
Situação atual	Previsto mas não implantado
META	Garantir em 70% o valor executado sobre o valor total do orçamento, até final de 2020, partindo de 60% em 2015 e com aumento de 2% ao ano até atingir 70%

OBJETIVO 7 - APERFEIÇOAR O ACESSO À JUSTIÇA E A VIRTUALIZAÇÃO DOS FEITOS JUDICIAIS

7.1 Índice de ações desenvolvidas

Tipo de indicador	Eficácia/eficiência/qualitativo
O que mede	Número de ações desenvolvidas
Quem mede	NGE
Quando medir	Anual
Onde medir	Todas as áreas envolvidas da JME
Por que medir	Atender à necessidade do usuário em acessar o sistema de justiça e identificar quantidade e a qualidade das informações
Como medir	Acompanhar a evolução das ações, bem como o mínimo implantado de três ações anuais
Situação atual	Havia um sistema desenvolvido de controle do acesso à justiça por meio eletrônico e implantado em um banco de dados a partir de janeiro de 2009, quanto às ações não existem
META	Três ações anualmente, chegando a 15 ações em 2020

7.2 Índice de digitalização do acervo do arquivo

Tipo de indicador	Eficácia/eficiência/qualitativo
O que mede	Percentual de virtualização do acervo existente de arquivo judiciário
Quem mede	Corregedoria-Geral
Quando medir	Anual
Onde medir	Arquivo judiciário
Por que medir	Atender à necessidade de virtualização do arquivo, acesso ao arquivo de forma virtual
Como medir	Acompanhar a evolução da virtualização, nº de arquivos virtualizados dividido pelo acervo anual de arquivo existente
Situação atual	Atualmente não é mensurado
META	Ao final ter atingido 60% de virtualização do acervo do arquivo

7.3 Índice de certidões via internet

Tipo de indicador	Eficácia/eficiência/qualitativo
O que mede	Emissão de certidões – emissão via internet x retirada pessoal
Quem mede	NGE e TIC
Quando medir	Anual
Onde medir	No sistema
Por que medir	Atender à necessidade do usuário em acessar o sistema de justiça e identificar quantidade de certidões retiradas pela internet e as retiradas pessoalmente e a qualidade do serviço prestado
Como medir	Quantidade de certidões emitidas pela internet dividida pela quantidade de certidões solicitadas no ano (resultado numérico e porcentual)
Situação atual	Todas as certidões são solicitadas via site do TJM, mas as certidões positivas devem ser retiradas pessoalmente. Como a emissão da certidão negativa não instantânea, existe ainda uma proposta da TIC para permitir que seja online
META	Atingir 100% de emissões via internet

7.4 Índice de implantação do PJe Cível e Criminal

Tipo de indicador	Eficácia/eficiência
O que mede	Implantação do Processo Judicial Eletrônico nas esferas cível e criminal
Quem mede	TIC, comissão de implantação e NGE
Quando medir	Anual
Onde medir	Todas as áreas envolvidas da JME
Por que medir	Atender à necessidade de implantação do Processo Judicial Eletrônico cível e criminal, conforme determinação do CNJ
Como medir	Acompanhar a evolução da implantação conforme cronograma da TIC
Situação atual	Atualmente não é mensurado
META	PJe Cível e Criminal implantados até 2020

OBJETIVO 8 - OTIMIZAR O TRÂMITE PROCESSUAL E A PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

8.1 Índice de cumprimento das Metas Nacionais

Tipo de indicador	Eficiência/quantitativo
O que mede	Cumprimento das Metas do Poder Judiciário
Quem mede	NGE
Quando medir	Anual
Onde medir	Dados estatísticos das Metas Nacionais do Poder Judiciário (CNJ)
Por que medir	Para verificar o cumprimento pela JMERS
Como medir	Percentual de cumprimento em relação ao total das metas
Situação atual	Medido e controlado pelo NGE
META	Em 2020 atingir 90% ou mais de cumprimento das Metas do Poder Judiciário

8.2 Índice de tempo de tramitação no 1º e 2º grau (Justiça em Números)

Tipo de indicador	Eficiência/quantitativo
O que mede	Tempo de tramitação dos processos criminais e não-criminais baixados no 1º e no 2º grau, conforme Anexo da Resolução 76 do CNJ (Justiça em Números)
Quem mede	NGE e TIC
Quando medir	Quadrimestral
Onde medir	JME – 1º e 2º grau
Por que medir	Controlar o tempo de tramitação processual na JME
Como medir	Resultados dos seguintes indicadores: TpBaixC _{Crim1º} , TpBaixC _{NCrim1º} , TpBaixC _{Crim2º} , TpBaixC _{NCrim2º}
Situação atual	Novos indicadores estabelecido pelo CNJ em 2015, portanto ainda não medidos
META	A definir, baseado nos resultados encontrados em 2015

8.3 Índice de custo por processo

Tipo de indicador	Eficácia
O que mede	Custo do processo = Despesa total da JME / (Baixados 1º e 2º grau no ano + Pendentes 1º e 2º grau informados no 2º semestre)
Quem mede	NGE e TIC
Quando medir	Anual
Onde medir	JME
Por que medir	Para produzir dados sobre o custo do processo

Como medir	$D_{pj} / (TBaixC_{Crim1^{\circ}} + TBaixC_{NCrim1^{\circ}} + TBaixC_{Crim2^{\circ}} + TBaixC_{NCrim2^{\circ}} + CpC_{Crim1^{\circ}} + CpC_{NCrim1^{\circ}} + CpC_{Crim2^{\circ}} + CpC_{NCrim2^{\circ}})$ OBS: a fórmula utiliza indicadores do Anexo da Resolução 76 do CNJ (Justiça em Números)
Situação atual	Possível medir pelos indicadores já informados ao CNJ (Justiça em Números)
META	A definir

OBJETIVO 9 - REVISÃO DE PROCESSOS DE TRABALHO

9.1 Índice de revisão e padronização dos fluxos de trabalho

Tipo de indicador	Eficiência/eficácia e qualidade
O que mede	Estrutura e processo dos fluxos de trabalho e avaliar os resultados
Quem mede	Direção-Geral, Coordenadoria Administrativa e NGE
Quando medir	Anual
Onde medir	Todas as áreas envolvidas da JME
Por que medir	Para reestruturação e a revisão dos fluxos de trabalho
Como medir	Após levantamento interno, reestruturar e avaliar, qualitativo
Situação atual	Não existe registro dos fluxos de trabalho, cada setor tem um fluxo, mas sem documentação, com alguns padrões do 1º grau através de Provimentos da Corregedoria-Geral
META	100% de padronização e revisão dos fluxos de trabalho em 2020

OBJETIVO 10 - APRIMORAMENTO DA GESTÃO DE GOVERNANÇA

10.1 Índice de participação e comprometimento dos recursos humanos no processo

Tipo de indicador	Eficácia/qualidade
O que mede	Medir a participação e comprometimento dos recursos humanos sobre as atividades realizadas pela JME na gestão de governança, em relação ao planejamento estratégico
Quem mede	NGE
Quando medir	Mensal, com base nos prazos estabelecidos
Onde medir	Sistema SISPLAN
Por que medir	Para melhorar o resultado apresentado e controle sobre a evolução do processo
Como medir	Número de projetos X resultados positivos de cumprimento
Situação atual	Fase de conscientização e implantação. Ainda não foram feitas as medições
META	Participação e comprometimento de 70% em 2020, partindo de 20% em 2015 com aumento de 10% ao ano

10.2 Índice de acompanhamento das Resoluções do CNJ e da JMERS

Tipo de indicador	Eficiência/eficácia- qualitativo
O que mede	Execução e controle das Resoluções do CNJ e da JMERS
Quem mede	Presidência, Direção-Geral, Coordenadoria Administrativa e NGE
Quando medir	Semestral
Onde medir	JME
Por que medir	Para controlar a execução das Resoluções
Como medir	Divulgar as Resoluções conforme sejam publicadas e monitorar o cumprimento de 5 resoluções por semestre

Situação atual	Levantamento inicial das Resoluções do CNJ
META	Listagem e divulgação das Resoluções do CNJ e da JMERS, com o monitoramento para cumprimento de 60 Resoluções até 2020

OBJETIVO 11 - PROMOVER A AMPLIAÇÃO COMO JUSTIÇA ESPECIALIZADA

11.1 Índice de ações que promovam a busca de aumento de competência	
Tipo de indicador	Eficácia/quantitativo
O que mede	Ações que promovam a busca de aumento de competência
Quem mede	Gabinete da Presidência
Quando medir	Anual
Onde medir	Gabinete da Presidência
Por que medir	Fortalecimento da Justiça Militar do Estado, em virtude da ameaça da extinção, para futura proposta de Emenda Constitucional na Assembleia
Como medir	Quantitativo de número de ações
Situação atual	Não havia previsão deste índice
META	Duas ações por ano, total de 12 ações até o final de 2020

OBJETIVO 12 - PROMOVER A SUSTENTABILIDADE

12.1 Índice de ações de sustentabilidade	
Tipo de indicador	Eficácia/quantitativo
O que mede	Ações que promovam a sustentabilidade
Quem mede	JMECO e NGE
Quando medir	Anual
Onde medir	JME
Por que medir	Atender às demandas sociais, à Resolução nº 201/CNJ/2015 e demais adaptações legais que surgirem sobre o tema
Como medir	Quantitativo de número de ações
Situação atual	Fase de conscientização e implantação. Ainda não foram realizadas medidas exclusivas de sustentabilidade, somente atividades socioambientais
META	Cinco ações anuais, total de 30 ações até o final de 2020

OBJETIVO 13 - APRIMORAR A COMUNICAÇÃO COM OS PÚBLICOS INTERNOS E EXTERNOS

13.1 Índice de ações promovidas e pessoas atingidas no público interno	
Tipo de indicador	Eficácia/qualidade
O que mede	Número de ações voltadas para a disseminação e pessoas atingidas
Quem mede	Assessoria de Comunicação e NGE
Quando medir	Anual
Onde medir	JME
Por que medir	Existem limitações ou distorções no conhecimento dos Servidores e promover a comunicação
Como medir	Quantidade de servidores envolvidos em cada ação e ações anuais
Situação atual	Algumas ações são feitas, mas não monitoradas ou registradas
META	Fazer no mínimo três ações anuais e atingir no ano de 2015 25% dos recursos humanos e em 2020 atingir 18 ações e 75% do público interno

13.2 Índice de públicos externos envolvidos

Tipo de indicador	Eficácia/qualidade
O que mede	Número de ações voltadas para a disseminação
Quem mede	Assessoria de Comunicação e NGE
Quando medir	Anual
Onde medir	JME
Por que medir	Promover a troca de experiências e obter informação para ajuda na elaboração de soluções, bem como divulgação da justiça especializada
Como medir	Pessoas atingidas nos eventos presenciais
Situação atual	Algumas ações são feitas, mas não monitoradas
META	Total de público atingido: no mínimo 1350, sendo 100 pessoas em 2015, aumentando a meta em 50 pessoas por ano

OBJETIVO 14 - FORTALECER E HARMONIZAR AS RELAÇÕES PESSOAIS E ENTRE SETORES**14.1 Índice de eventos realizados**

Tipo de indicador	Eficácia/quantitativo
O que mede	Número de eventos realizados anualmente
Quem mede	NGE
Quando medir	Anual
Onde medir	JME
Por que medir	Para melhorar a qualidade das relações pessoais internas, resultando em uma melhor estrutura, processos e resultados
Como medir	Número de eventos
Situação atual	Algumas ações são feitas, mas não monitoradas
META	No mínimo promover dois eventos anuais e ao final de 2020 ter promovido dez eventos

OBJETIVO 15 - AMPLIAR A INTEGRAÇÃO COM AS JUSTIÇAS MILITARES**15.1 Índice de ações visando ao fortalecimento da Justiça Militar**

Tipo de indicador	Eficiência/eficácia/qualidade
O que mede	Número de ações para a troca de experiências em assuntos pontuais
Quem mede	Gabinete da Presidência
Quando medir	Semestral
Onde medir	TJM
Por que medir	Promover a troca de experiências e obter ganho de tempo na elaboração de soluções
Como medir	Número de ações
Situação atual	Existem eventos que deviam ter sido aferidos a partir de janeiro de 2010
META	No mínimo uma ação por semestre, começando por 2015, e no ano de 2020 ter atingido 12 ações

OBJETIVO 16 - PROMOVER A INTERFACE COM OS DEMAIS ÓRGÃOS DE JUSTIÇA E ENTES PÚBLICOS

16.1 Índice de ações realizadas de interesse comum	
Tipo de indicador	Eficiência/eficácia
O que mede	Número de ações realizadas para a troca de experiências em assuntos pontuais
Quem mede	Gabinete da Presidência
Quando medir	Nas realizações dos eventos (Semestral)
Onde medir	Todas as áreas do Tribunal
Por que medir	Promover a troca de experiências e obter ganho de tempo na elaboração de soluções
Como medir	Número de eventos realizados
Situação atual	Existem eventos, mas não existe a aferição
META	Fazer uma ação por semestre, sendo 12 até 2020

VI – GLOSSÁRIO

Ameaças – São situações externas à organização, atuais ou futuras, que, se não forem eliminadas, minimizadas ou evitadas, podem influenciá-la negativamente.

Diretrizes organizacionais – Conjunto de instruções, procedimentos, propósitos, normas ou indicações que devem ser considerados para se levar a termo um plano de ação. Incluem-se aqui a missão, a visão e os objetivos da organização.

Eficácia – Refere-se à capacidade de executar uma determinada tarefa de maneira a atingir os objetivos estabelecidos. Fazer a coisa certa, conseguir realizar o que se propõe a fazer.

Eficiência – Refere-se à capacidade de executar corretamente uma determinada tarefa com o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis. Fazer de modo certo, atingir os objetivos usando a menor quantidade de recursos possíveis.

Estratégia – O caminho escolhido para posicionar a organização de forma competitiva e garantir sua sobrevivência no longo prazo, com a subsequente definição de atividades e competências inter-relacionadas para entregar valor de maneira diferenciada às partes interessadas. É um conjunto de decisões que orientam a definição das ações a serem tomadas pela organização.

Fatores críticos de sucesso – Aspectos fundamentais para o êxito das estratégias. Áreas funcionais e operacionais que são decisivas para o sucesso da instituição.

Indicadores estratégicos – São medidas utilizadas para aferir o nível de alcance das metas definidas nos planos e para avaliar o resultado dos processos.

Meta – Resultado a ser atingido num prazo determinado. A meta é constituída de duas partes: valor numérico e prazo.

Missão – É a razão da existência da organização. Delimita as atividades a serem desempenhadas dentro do espaço que a organização deseja ocupar.

Objetivos estratégicos – Determina a direção das ações. Relacionam-se diretamente aos fins para o cumprimento da missão e a consecução da visão.

Pontos fortes (forças) – São características internas da organização que podem influenciar positivamente no seu desempenho.

Pontos fracos (fraquezas) – São características internas da organização que podem influenciar negativamente no seu desempenho.

Qualidade – Fazer o que se propõe a fazer, tão bem quanto deveria ser feito.

Sistema de gestão – Conjunto de todos os processos que permitem o planejamento, a execução e o controle da rotina e das melhorias e de todas as ações de correção, prevenção e manutenção, conforme os resultados.

VII – CONCLUSÃO

O planejamento estratégico da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul consiste na consolidação das prioridades e iniciativas para o sexênio 2015-2020, alinhado à Resolução nº 198, de 16 de junho de 2014, do Conselho Nacional de Justiça, e aos Macrodesafios do Poder Judiciário para o mesmo período.

A metodologia adotada na JMERS foi a participativa, baseada no conhecimento profissional de cada integrante do grupo nomeado para elaborar este documento. Portanto, as estratégias e objetivos escolhidos são o entendimento consensual do que melhor atingirá os resultados esperados para o sexênio, permitindo alcançar a visão de futuro da instituição.

Como estabelecido na Portaria 15/2015 do TJMRS, o grupo também será responsável por implementar e monitorar a execução da estratégia, portanto poderá realizar ajustes necessários para a adequação aos cenários que se apresentem futuramente, avaliando a qualquer momento sugestões dos integrantes da JMERS.

Por fim, salienta-se como de fundamental importância o envolvimento global dos magistrados e servidores da JME para execução do planejamento estratégico. Em relação aos magistrados, é necessário destacar a relevância dos juízes de primeira instância, que atuam como gestores das Auditorias, assim como os magistrados da segunda instância, que porventura serão gestores a exercerem os cargos de Presidente e Vice-Presidente nos próximos anos.

VIII – COLABORADORES

Integrantes designados pela Portaria 15/2015 do TJMRS

Juiz-Cel Fábio Duarte Fernandes (*Juiz Gestor Estratégico da JMERS*)
Dirnei Vieira De Vieira (*Diretor-Geral*)
Aline Sanches (*Secretária de Plenário*)
Dilnei Venturini (*Coordenador de Tecnologia da Informação e Comunicação*)
Margarete Simon (*Coordenadora Administrativa*)
Antonio Ferreira Boeira (*Coordenador Judiciário*)
José Carlos Albino (*Oficial de Gabinete*)
Natália Gomes dos Santos (*Oficial Ajudante da 2ª Auditoria de Porto Alegre*)
Lucas Pitrez Abarno (*Oficial Escrevente da 1ª Auditoria de Porto Alegre*)
Simone Maria Picoral Dal Molin (*Servidora do Núcleo de Gestão Estratégica*)
Dionês Gabana de Souza (*Servidora do Núcleo de Gestão Estratégica*)

Convidados

Jaurês Rodrigues Palma (*Assessor de Comunicação Social*)
Gladimir Lemos Urutia (*Servidor da Coordenadoria Administrativa*)